1. Uma norma nacional que, tal como a regra dos 67 anos, dá origem a uma diferença de tratamento em razão da idade pode ser justificada ainda que não seja possível determinar claramente, com base no contexto em que essa norma surgiu ou noutros dados, o objectivo ou fim subjacente à mesma?
2. Uma norma nacional sobre a passagem à reforma, tal como a regra dos 67 anos, que não comporta excepções e não toma em consideração, nomeadamente, a pensão que um particular pode vir a receber, ultrapassa o que é apropriado e necessário para atingir o objectivo ou fim prosseguido?

(¹) JO L 303, p. 16.

Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Giudice di pace di Mestre (Itália) em 24 de Março de 2011 — Processo penal contra Asad Abdallah

(Processo C-144/11)

(2011/C 152/30)

Língua do processo: italiano

Órgão jurisdicional de reenvio

Giudice di pace di Mestre (Itália)

Parte no processo penal nacional

Asad Abdallah

Questões prejudiciais

1. A Directiva 2008/115/CE (¹) opõe-se a uma disposição nacional como a do artigo 10.º-A do *Decreto legislativo* n.º 286, de 25 de Julho de 1998, que considera infracção, punida com uma multa de 5 000 a 10 000 euros, a simples entrada ou permanência no território nacional, em violação das disposições em matéria de emigração, de um nacional de um país terceiro?
2. O artigo 2.º, n.º 2, alínea b), da Directiva 2008/115/CE pode ser interpretado no sentido de que exclui do âmbito de aplicação das garantias previstas pela referida directiva a expulsão ordenada a título de pena de substituição, como a prevista no artigo 16.º, n.º 1, do *Decreto legislativo* n.º 286, de 25 de Julho de 1998, pela prática de uma infracção que consiste na simples entrada ou permanência no território nacional, como a prevista no artigo 10.º-A do *Decreto legislativo* n.º 286, de 25 de Julho de 1998?

(¹) JO L 348, p. 98.

Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Upper Tribunal (Reino Unido) em 25 de Março de 2011 — Secretary of State for Work and Pensions/Lucja Czop

(Processo C-147/11)

(2011/C 152/31)

Língua do processo: inglês

Órgão jurisdicional de reenvio

Upper Tribunal

Partes no processo principal

Recorrente: Secretary of State for Work and Pensions

Recorrida: Lucja Czop

Questões prejudiciais

Num caso em que a requerente:

- a) é cidadã da Polónia;
- b) veio para o Reino Unido antes da adesão do seu país à UE;
- c) iniciou uma actividade não assalariada na acepção do artigo 49.º TFUE (ex-artigo 43.º CE);
- d) permaneceu neste país e continuou a exercer uma actividade não assalariada, após a adesão;
- e) já não exerce uma actividade não assalariada; e
- f) tem a guarda efectiva de um filho que veio para o Reino Unido e ingressou no ensino geral após a adesão [da Polónia] e depois de a requerente ter cessado a actividade não assalariada,

esta requerente tem um direito de residência no Reino Unido baseado no facto de (em alternativa ou cumulativamente):

- a) lhe ser aplicável o Regulamento n.º 1612/68 (¹), em combinação com a fundamentação do Tribunal de Justiça nos acórdãos de 17 de Setembro de 2002, *Baumbast e R* (C-413/99, Colect., p. I-7091), e de 23 de Fevereiro de 2010, *London Borough of Harrow* (C-310/08) e *Teixeira* (C-480/08);
- b) existir um princípio geral do direito da União que equipara a posição dos trabalhadores por conta de outrem aos trabalhadores por conta própria;
- c) no caso de a requerente não ter um direito de residência, isso ser impeditivo ou dissuasor do exercício da liberdade de estabelecimento?

(¹) JO L 257, p. 2 (EE 05 F1 p. 77).